



Ministério do Desenvolvimento Regional
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 1/2021/CTAL/CNRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.003798/2021-27

Interessado: Comitês PCJ - Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) e Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1).

Assunto: Proposta de Resolução que " Altera o artigo 2º da [Resolução CNRH n. 204, de 16 de outubro de 2018](#)".

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de resolução, a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que "Altera o artigo 2º da [Resolução CNRH n. 204, de 16 de outubro de 2018](#)", referente à prorrogação do prazo para propor a revisão dos mecanismos e valores da Cobrança nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.
2. [Os Comitês PCJ](#), por meio do Ofício nº 136, de 10 de março de 2021 (SEI 3063252) e anexos, solicitaram ao CNRH a prorrogação do prazo para apresentação de proposta da revisão dos mecanismos vigentes e valores da Cobrança PCJ, conforme cronograma aprovado por meio da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 356/2021, de 05 de março de 2021 (SEI 3063259).
3. A documentação encaminhada foi objeto da análise de mérito da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – CTOC/CNRH, que conclui favoravelmente à alteração do prazo até 30 de junho de 2024, conforme Parecer 1/2021/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH, de 19 de maio de 2021, (SEI 3177629).

CONTEXTO E ASPECTO LEGAL

4. Considerando as competências dadas pelo [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#) para "*analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas*", a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, na sua 8ª Reunião realizada por meio virtual, em 26 de maio de 2021, avaliou o material encaminhado pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, em que se destaca do referido parecer de mérito os seguintes trechos:

Parecer 1/2021/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

(...)

11. No âmbito da CTOC, o assunto foi tratado na reunião de 18.03.2021, cuja Ajuda-Memória foi aprovada em 15.04.2021. Na ocasião, o Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PCJ, Sr. André Luiz Sanchez Navarro, explicou a demanda dos Comitês PCJ aos representantes da CTOC, que haviam tido acesso prévio ao Ofício n. 136/2021 (SEI 3063252) e a seus anexos.

12. O Sr. André Navarro explicou que a pandemia de COVID-19 interferiu no cronograma previsto para elaboração dos estudos que embasariam a proposta de revisão dos valores de cobrança. Adicionou que a pandemia também criou ambiente de incerteza econômica para o futuro tornando o ambiente inadequado à revisão de valores. Diante do cenário, os Comitês PCJ aprovaram um novo cronograma para elaboração dos estudos e apresentação da proposta de forma alinhada com a elaboração do novo Plano da Bacia. Pelo novo cronograma, o TR para elaboração dos estudos será revisado até 30.06.2021 a fim de permitir contratação até 31.12.2021 e conclusão até 31.12.2022. A aprovação nos Comitês PCJ ocorrerá até 31.12.2023, sendo encaminhada a resolução do CBH ao CERH e ao CNRH no início de 2024.

13. Os Srs. Sergio Razera e Ivens de Oliveira, respectivamente Diretor-Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, detalharam avaliação acerca do equilíbrio econômico e financeiro do Comitê durante o novo prazo solicitado. Esclareceram que há R\$ 16,2 milhões em projetos finalísticos já contratados, aguardando apenas o efetivo desembolso, e outros R\$ 8,3 milhões destinados a novos investimentos para 2021. Adicionalmente há também cerca de R\$ 1,2 milhão para custeio administrativo proveniente de saldos de exercícios anteriores. Considerando o período 2020-2025, o total de receitas estimado, com base nas projeções de arrecadação da cobrança federal, da cobrança estadual paulista e da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos, é de R\$ 165,9 milhões. As projeções para custeio administrativo da Agência para o período 2021-2025 são de R\$ 3,0 milhões para receitas anuais e de R\$ 2,7 milhões para despesas anuais.

14. A representação da ANA afirmou a importância de estar sendo mostrada a garantia da sustentabilidade dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ, principalmente no contexto em que um grande usuário efetua pagamentos significativos em depósito judicial. Ressaltou também o fato de a cobrança ter sido definida em função de ações do plano de bacia, que devem ser desenvolvidas com os valores arrecadados com o instrumento da cobrança.

15. Os membros da CTOC consideraram suficientes as explicações dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ e aprovaram a solicitação e decidiram encaminhar o assunto à CTAL.

3. CONCLUSÕES

16. Considerando as competências do CNRH e da CTOC fixadas na Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e no Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos considerou adequados os argumentos apresentados pelos Comitês PCJ e pela Agência das Bacias PCJ.

17. Assim, a CTOC manifesta-se favoravelmente a que o prazo previsto no Art. 2º Resolução-CNRH n. 204/2018 seja prorrogado para 30.06.2024.

Aspecto Legal e de Forma

5. Por ocasião da 8ª Reunião da CTAL, o Secretário-executivo do CBH-PCJ, Sr. André Luiz Sanchez Navarro, e o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, apresentaram a demanda e deram os esclarecimentos justificando o não atendimento a determinação contida no artigo 2º da Resolução CNRH nº 204/2018. Informaram sobre o novo cronograma de revisão dos mecanismos e valores vigentes, aprovado pela Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 356/2021, de 05/03/2021, e referendado pela [Deliberação dos Comitês PCJ no 359, de 30 de março de 2021](#).

6. Considerando que a questão de mérito foi aprovado pela Câmara competente, os membros da CTAL avaliaram que sob o ponto de vista legal não

há óbices quanto ao pleito do Comitê, que agiu de forma tempestiva se antecipando ao encerramento do prazo previsto na resolução. As razões apresentadas são também válidas, tendo em vista a situação de pandemia instalada em 2020 e que ainda permanece em 2021.

7. A solicitação dos Comitês PCJ referente à prorrogação da entrega da revisão da cobrança, se insere na competência do Conselho disposto na Lei nº 9.433/97 e no Decreto 10.000/2019 para estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

8. Quanto a forma jurídica adotada para atender a essa matéria, é regimental o uso da Resolução "quando se tratar de deliberação vinculada à competência específica do Conselho". Sendo assim, foi construída uma redação visando atender a essa extensão de prazo a ser submetida a apreciação do Plenário, contendo dois artigos

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Resolução CNRH nº 204, de 16 de outubro de 2018, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os mecanismos vigentes e valores de cobrança deverão ser revistos e encaminhados ao CNRH pelos Comitês PCJ até 30 de junho de 2024, mediante apresentação de manifestação técnica.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

9. No que tange à elaboração da proposta, observou-se o [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o [Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017](#), que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos.

10. Em virtude da recomendação de se evitar no corpo de atos normativos os considerandos, foi incluído no preâmbulo os dispositivos mais importantes para o entendimento e alcance da norma.

11. Diante da avaliação realizada a CTAL/CNRH, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução que “Altera o artigo 2º da Resolução CNRH nº 204, de 16 de outubro 2018”, cuja minuta se encontra na sequência deste parecer.

CONCLUSÃO

12. Ante o exposto, com fundamento na Lei 9.433/1997 e no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação.

WILSON DE MELO

Coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais
CTAL/CNRH

ANEXO

Altera o artigo 2º da Resolução CNRH nº 204, de 16 de outubro 2018.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e considerando a Resolução do CNRH nº 204, de 16 de outubro de 2018, o Ofício Comitês PCJ nº 136, de 10 de março 2021, e a Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 356, de 5 de março de 2021, referendada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 359, de 30 de março de 2021, e tendo em vista o Processo nº 59000.003798/2021-27, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Resolução CNRH nº 204, de 16 de outubro de 2018, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os mecanismos vigentes e valores de cobrança deverão ser revistos e encaminhados ao CNRH pelos Comitês PCJ até 30 de junho de 2024, mediante apresentação de manifestação técnica.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO
Presidente do Conselho

SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 31/05/2021, às 11:04, com fundamento no art. 6º,
§1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3179520 e o código CRC **EC99493A**.